

AVALIAÇÃO FILOSÓFICA DOS REGIMES POLÍTICOS
DA AMÉRICA LATINA*

CDU-32.001(8=6)

Paulo Meneses

Chefe do Dept^o de Sociologia
da UNICAP

Os regimes políticos na América Latina devem ser avaliados à base do critério da racionalidade. Mas qual é a racionalidade dos sistemas políticos latino-americanos? Uma racionalidade instrumental exemplar que há 400 anos implementa a dominação e o privilégio das classes elitárias. É preciso que as vozes dos filósofos contribuam para uma maior justiça e liberdade em nosso continente.

*) Conferência pronunciada em 30 de maio, durante a "V Semana de Filosofia" da UNICAP, realizada de 27 a 31 de maio de 1985.

Introdução

- Competência da Filosofia

Que teria o filósofo a dizer sobre os regimes políticos da América Latina?

Aparentemente, nada. Essa massa confusa de formações contingentes, de paixões desencadeadas, de interesses em conflito, - parece mais com as dunas que o vento forma no deserto, ou com as formas caprichosas das nuvens, do que com as determinações e estruturas lógicas e racionais em que o filósofo se deleita.

No entanto, pertence à filosofia toda a investigação sobre o sentido, sobre o 'porquê', sobre o 'para quê' da ação humana. Os sistemas político-sociais são criações humanas, e por isso estão penetradas de sentido, túrgidos de significação que o espírito humano, que os constituiu, pelo mesmo fato lhes atribuiu. As Instituições têm necessariamente sua filosofia, pois são constituídas em vista de uma finalidade, e realizam sua idéia geradora, através de todo um instrumental de mitos, de ritos e recursos humanos e materiais sabiamente ordenados.

Aqui se coloca o papel da filosofia política e da crítica da sociedade: desprender, explicitar, esse sentido incorporado às instituições: traduzir o pensamento pensado em pensamento pensante, e com isto, transformar a consciência ingênua em consciência crítica, como diria Paulo Freire.

Mas existe mesmo uma Razão imanente às coisas humanas? Foi o que pensou Anaxágoras que há cerca de 2.500 anos anunciou sua grande descoberta: de que havia uma inteligência, um nóus imanente ao universo. O que constatou no mundo da natureza é ainda mais verdadeiro no mundo da cultura: no mundo criado pelo homem, - que segundo VICO é o único mundo que o homem pode conhecer exaustivamente porque foi construído pelo espírito humano (o mundo da natureza, só seu Criador conheceria

cabalmente: nós ficaríamos sempre tentando reconstruí-lo através de modelos provisórios porque necessariamente precários.) Assim as leis, que aparecem um amontoado de mandamentos arbitrários, se ordenam num Corpo de direito; constituem uma ordem jurídica baseada nos princípios gerais do Direito.

A linguagem, que se apresenta como uma torrente de palavras e frases caprichosas, está toda construída sobre estruturas racionais que a lingüística analisa: uma sintaxe, uma fonologia e uma semiótica que constituem o objeto de ciências vigorosas em nossos dias.

A difração do ideológico

No caso das formações político-sociais, o estudo de sua racionalidade imanente, de sua razão de ser, está ao mesmo tempo facilitado e dificultado pela mediação do fenômeno ideológico. **Facilitado**, digo, pois as sociedades, os sistemas políticos, não se contentam com **ser**: pretendem também que **devem-ser**: proclamam em suas ideologias a que vieram. Pretendem que está correto e justo que sejam como são. Isto é: se racionalizam, ou se justificam. As ideologias são este discurso, que explicita o que as sociedades pretendem ser. Eis aí, à disposição da análise do filósofo, para sua ulterior reflexão, um material já elaborado, ou mesmo uma filosofia em estado bruto, -como dizia Olavo Bilac da Língua portuguesa. "Ouro nativo que na ganga impura/ a bruta mina entre cascalhos vela."...

Acontece porém que este discurso ideológico não é feito para desvelar a verdade, mas para ocultá-la. "A consciência social sempre mente a si mesma," dizia Marx, no que Lévi-Strauss está de pleno acordo. A ideologia é um fato social entre os fatos sociais, e tem por função não interpretar, ou desmascarar o sentido dos outros fatos sociais, mas justamente criar-lhes condições de possibilidade e de reprodução ampliada, veicu-

lando as crenças que são úteis para que funcione sem maiores atritos o sistema de que fazem parte. Também não é assim, que bastasse inverter o discurso ideológico para se obter a verdade. Seria fácil demais! As coisas mais sutis; a 'mentira' que a instância ideológica difunde pelo conjunto da sociedade e da cultura tem um tal poder de penetração, assume tanta conaturalidade com o ser social do homem, que o filósofo quando pensa que está falando a linguagem da razão, está de fato emprestando sua voz ao discurso ideológico de sua sociedade, de seu tempo, de sua raça ou de sua classe. Basta ver um filósofo do porte de Aristóteles, para alguns, o filósofo, - dizer que a natureza criou os gregos inteligentes e esbeltos para serem senhores, e os asiáticos fortes mas obtusos para serem escravos; ou que a mulher era um 'macho fracassado' - que surgia quando a natureza falhava e não tinha bastante força vital para produzir a perfeição masculina... Vê-se neste exemplo antigo que não era a razão, mas o racismo, a mentalidade escravocrata, o machismo que falavam pela boca do peripatético.

À distância, é fácil de denunciar isso. Mas aqui e agora, quando se trata de ideologias imperantes no lugar donde o filósofo profere seu discurso, as coisas são bem mais difíceis. A ideologia é como o ar, como a água; pervade todo o tecido social, todo o espaço cultural.

A filosofia político-social só pode constituir-se a partir de uma crítica das ideologias - a começar pelas próprias ideologias que afetem a visão do filósofo. E a lucidez do filósofo só é completa, quando se estende a uma autocrítica, ou pelo menos ao reconhecimento explícito de sua particularidade, - do lugar donde filosofa, de suas conviências e interesses profundos, de seu posicionamento de ser humano, como ser no mundo, ser no tempo. Quando não oculta seus valores sob o manto de deduções ou postulados de racionalidade óbvia, mas os reconhece como opções, e mesmo como ferramentas que maneja com fisológica habilidade para conservar ou modificar sua sociedade e sua civilização, a partir da mentalidade dos seus ouvintes ou leitores.

E sendo as sociedades concretas, formações

contingentes, onde a margem de violência e de distorções é sempre considerável, uma visão filosófica autêntica só pode ser a que parte de uma crítica da sociedade.

Voltando à América

Estamos longe da América Latina? Não; estamos mais perto que nunca... A Razão latinoamericana precisa com urgência debruçar-se sobre a realidade deste continente, - a obra da filosofia deve ser uma filosofia em obra, em tarefa latinoamericana de libertação. Não vamos deixar, nós filósofos, à teologia sozinha, a bandeira da libertação: se preciso, vamos mesmo continuá-la quando fizerem calar suas vozes...

Critérios para uma avaliação filosófica

Como apreciar os regimes político-sociais da América Latina, de uma maneira filosófica?

O critério do filósofo é a **RACIONALIDADE**. Formulemos a pergunta assim: Os sistemas da América Latina têm ou não racionalidade?

O problema é que há uma dupla racionalidade, isto é, a palavra tem dois sentidos, ou melhor, a racionalidade tem duas dimensões.

Há a racionalidade **instrumental**, a racionalidade dos meios. Até aí chegam as políticas e as ciências. Um sistema é racional quando os meios e recursos de que dispõe são condizentes com os fins a que se propõe. Os meios são racionais quando estão em harmonia e proporção com os fins.

A outra racionalidade é a racionalidade dos fins, do sentido profundo e último das ações e das instituições humanas. Desde Protágoras a filosofia procla-

mou que o **HOMEM É A MEDIDA DE TODAS AS COISAS**; - então, a racionalidade de tudo o que se move ou que se estrutura no universo social, no horizonte histórico, na atmosfera cultural, está em função da realização que permitam ao **HOMEM**; ao homem social, em comunicação e reconhecimento com os outros homens. Racionalidade **comunicativa**, dirá Habermas; racionalidade de **reconhecimento**, dizia Hegel.

Como se situam frente a estas duas racionalidades os regimes da América Latina?

I - A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Caracterização

- Quanto à **racionalidade instrumental**, se mostram realmente impressionantes nossos regimes e sistemas. Foram transplantados da Europa, já nasceram feitos sob medida para a exploração do continente em função dos polos dominantes do capitalismo nascente, (mercantilista), e baseados na exploração dos índios e logo mais dos negros, numa estrutura de superprivilegiamento das classes dominantes, que só podem ter acesso às terras por sesmarias e outras reais outorgas... Os outros brancos não tinham opção alternativa a não ser o serviço dos senhores: na caça ao índio, no tráfico de escravos, e depois como feitores, capitães do mato, e outras profissões de lacaios, quando não de parasitas da classe dominante. Com a in dependência das Américas, não houve mudança alguma neste esquema. Só que em lugar de reinóis, quem explorava os países em benefício do estrangeiro (da Inglaterra e depois dos Estados Unidos imperiais) agora eram classes autóctones, os pais da pátria... Sua preocupação não era o desenvolvimento do país (nem se falava nisso então) nem mesmo seu progresso, - exceto raros utopistas como o Visconde de Mauá ou Delmiro Gouveia no Brasil - sua preocupação era especulativa: encontrar uma maneira de enriquecer o mais

rápido, à custa dos recursos naturais e do trabalho escravo, - só que em lugar de voltar para o Reino, ficavam por aqui mesmo (embora mandando seus filhos eventualmente estudar no estrangeiro).

Os regimes políticos foram de uma racionalidade instrumental exemplar para implementar esse projeto de dominação e superprivilegiamento de classe.

Um modelo de exportação

Esse paradigma de racionalidade instrumental é tão notável que se tornou modelo de exportação. Há mais de 20 anos René Dumont falou da "Sulamericanização da África" recém-independente. E depois de suas análises, a sulamericanização dos regimes africanos só fez avançar: cada ano a imprensa noticia vários golpes de Estado, quase todos na direção desse paradigma que nós da América Latina exportamos para o continente que pensava na década de 50 estar conquistando uma autêntica independência.

O vigor do paradigma que impera na América Latina se mostra pela sua capacidade de sobreviver mais de quatro séculos, praticamente intocado em suas linhas essenciais. É a prova crucial da racionalidade instrumental: essa eficácia, esse jogo de cintura, essa habilidade de se adaptar às circunstâncias e às mudanças externas e internas, mantendo-se nelas e através delas, modificando sempre que necessário suas formas e figuras para manter inalterado seu padrão fundamental. - É isso que faz o ser vivo, que adapta suas células e órgãos para desempenhar as funções vitais nas circunstâncias mais variadas. A AMOEBA PROTEUS muda de forma a cada passo, afina-se para atravessar obstáculos, amplia-se para fagocitar células maiores que ela, mas é assim que se mantém AMOEBA Proteus. Os regimes políticos da América Latina atravessaram da era colonial à independência, da sociedade agrária à industrial, do ruralismo quase total a uma urbanização vertiginosa, da substituição das importações a uma economia dinâmica voltada para o mercado externo (competindo como o Brasil está

fazendo por estes dias no Le Bourget com os países avançados na indústria aeronáutica...)

A incrível persistência

A racionalidade instrumental de nossos regimes é tanta que foram capazes de absorver não só revoltas populares consideráveis, - como Farroupilha, Cabanagem, Canudos, no Brasil, mas mesmo autênticas revoluções como a mexicana, - e de digerí-las a curto ou médio prazo, impedindo que o padrão fundamental de nossas sociedades, - superprivilegiamento de classes e dependência aos centros hegemônicos do capitalismo internacional - fosse transtornado. Quando este perigo era evidente, sempre soube suscitar um PINOCHET, um Médici, uma junta sangüinária argentina ou uruguaia, - para exconjurar tal subversão, tão contrária a nossas tradições latino-americanas de opressão eficaz e compacta de nossas classes populares, de nossos indigenatos: e da vida agradável e cordial reservada a nossas elites, que contaram sempre com um séquito maravilhoso de escravos, lacaios, mordomos, empregadas domésticas, babás, motoristas, camareiras, guardas-costas, jagunços, afilhados, apadrinhados de classes baixas, que no seu servilismo forçado alimentam o mito da docilidade e meiguice de nossa gente.

A espantosa eficácia

Foram capazes nossos regimes, mais maleáveis e proteiformes que quaisquer outros, de englobar imperadores, reis, líderes republicanos, pelegos sindicais, caudilhos dos pampas, carismáticos moralistas, chefes populistas, lideranças de partidos radicais de outrora e de partidos trabalhistas do presente, para construir o mesmo tipo de sociedade que reina nas Américas desde os primórdios da colonização. Uma democracia à la Suíça, como o Uruguai já foi; uma tradição democrática como a de Costa Ri-

ca; uma abundância de recursos naturais e humanos como a da Argentina; um excesso de petróleo como a Venezuela; umas dimensões continentais como as do Brasil, capazes de alimentar metade do mundo; - tudo isso nossos regimes souberam administrar de forma a conservar estes países na dependência, e no subdesenvolvimento, deixando seus pobres relegados à resignação ou ao desespero. As duas únicas revoluções em pauta nos dias atuais, a de Nicarágua não apresenta muita chance de sobrevivência, e a de Cuba fôï isolada pelos outros países latinoamericanos que a expulsaram da OEA, romperam relações diplomáticas e comerciais, e tornaram com isso inviável sua implementação econômica, deixando-a subsistir apenas devido a fortes traços de estalinismo que impedem sua abertura a um socialismo que realmente libere o homem.

Resumindo: do ponto de vista da Razão instrumental, os regimes políticos da América Latina se têm revelado da maior eficácia para implementação das tarefas que lhes atribuíram as classes hegemônicas de seus países, e os centros dominantes do mundo ocidental. A imutabilidade, em linhas essenciais, de nossas sociedades em quase cinco séculos, atesta com eloquência o desempenho de uma tarefa para qual foram mobilizados meios e utilizados instrumentos das formas mais diversas, - e com um oportunismo digno de Maquiavel.

II - A RAZÃO FINAL

Competência da Filosofia

Agora, do ponto da Razão final, da racionalidade dos fins, do sentido propriamente humano de nossos regimes políticos, que pode dizer a Filosofia?

Primeiro estabelecer, de encontro a todas as formas de positivismo, - mas também de certas afirmações de cinismo, como as de Delfim que dizia que "O ESTADO É AÉTICO" - que a política é o reino dos fins, e que cabe à

filosofia julgá-los; - e que esta é uma de suas tarefas mais importantes, pelo menos se considerarmos a obra de seus maiores Mestres, Platão, Aristóteles, Tomás, Agostinho, Kant e Hegel. Não vamos deter-nos neste ponto: o livro de Eric Voegelin, "A Nova Ciência da Política" editado pela UNB, tratou o problema com clareza e profundidade admiráveis.

Nem vamos refazer uma demonstração já tantas vezes feita, nem lembrar aos céticos o que Aristóteles já dizia: que se tem de filosofar até mesmo para negar a filosofia. Se todo o homem, se toda a instituição tem necessariamente sua filosofia, não se pode evitar a tarefa propriamente filosófica de indagar sobre seu sentido e racionalidade.

Caracterização do Regime Político Racional

Qual seria o regime político racional? Sem dúvida, o que estivesse de acordo com o homem, com o seu projeto constitutivo, que é a realização de sua liberdade. As leis, a vida em sociedade, não são como pensam os que não sabem pensar, repressão da liberdade e de espontaneidade do ser humano: são o modo histórico e concreto da realização de sua liberdade. A sociedade representa a libertação da solidão, que é a limitação mais severa que pode padecer o espírito, como atestam tantos amigos encarcerados nas solitárias durante a ditadura Médici: era pior a solitária que as sessões de tortura. A sociedade liberta das carências materiais por ser um mecanismo de satisfação das necessidades, e de produção acrescida de bens através da divisão de trabalho e de sua distribuição através das trocas e da solidariedade e reciprocidade que as presidem. A sociedade, as civilizações, são o predomínio das leis sobre a violência, do diálogo sobre o enfrentamento das armas. A vida em sociedade (e em sociedades cada vez mais numerosas e diversificadas) é condição para o desabrochar da cultura; das artes, das ciências, das técnicas, da comunicação que enriquece e fecunda os espíritos. A POLIS já era reconhecida pelos GREGOS como o espa-

ço em que o homem se realizava como ser racional, pela comunhão de todos na Razão universal, pela busca da verdade e do bem através da comunicação das consciências, do debate das idéias, do confronto das criatividades, dos sentimentos. O logos dialógico e dialético, é na vida da PO-LIS que se exerce e desenvolve, que atinge os mais altos níveis de compreensão no confronto recíproco e na comunhão de consciências.

O Caso da América Latina

Mas, na nossa América Latina, a superestrutura política não foi o coroamento de uma vida em sociedade que se tornou complexa a ponto de exigir instituições específicas de governo. Não foi um povo consciente e livre que se dotou de leis e explicitou seus objetivos sociais e nacionais através de um pacto político ou Constituição. Como vimos, o aparato estatal apareceu aqui por transplante das metrópoles coloniais, e tinha como objetivo único velar para que a exploração dos recursos naturais e dos povos subjugados se fizesse da maneira mais eficiente possível em benefício das oligarquias européias. E já notamos que com a independência, a matriz colonial não foi destruída: houve apenas um revezamento de autores sociais, as oligarquias crioulas exercendo uma pilhagem e opressão tão eficazes como as oligarquias reinóis.

Então, do ponto de vista filosófico, a avaliação dos regimes políticos da América Latina tem de ser crítica, porque encontra um déficit, uma contradição profunda entre os valores de liberdade que devem promover todas as criações humanas, e o caráter pressivo e liberticida que apresentam os regimes deste continente. Claro que a culpa não deve ser posta nos nossos povos. É comum - e bem típico da ideologia elaborada pelo opressor - culpar o oprimido pelo seu estado sub-humano. Provar que os homens são desiguais, pretende-se: quando de fato se trata de um produto direto e explícito da opressão, reduzir a

uma situação de inferioridade o oprimido para melhor dominá-lo; e persuadir-lhe que tal estado é pura consequência de seu baixo Q.I., de sua inferioridade racial, sexual, nacional, etc...

É a filosofia que entende de direitos Humanos, a tal ponto que falar de direitos humanos é necessariamente fazer filosofia. E em matéria de direitos humanos, - que são a forma concreta como se expressa em nossos dias a idéia de LIBERDADE, - nossos regimes políticos deixam muito a desejar. A começar pelo direito básico de poder satisfazer suas necessidades vitais - num continente em que se morre de fome e falta de cuidados médicos mais elementares, - a miséria, ou pobreza absoluta como se prefere chamar em nossos dias, é a negação dessa liberdade que é a precondição de todas as outras: - esse direito à vida em condições realmente humanas. Nem se diga que isso não tem a ver com os regimes políticos, pois a miséria que se abate sobre nosso continente não é um fenômeno natural como um tufão ou terremoto: é sociogênica. A produção - mesmo a produção agrícola, - não é insuficiente: só que não é feita para satisfazer as necessidades vitais de nossas populações nem para abastecer o mercado interno. Tem outras direções, tomadas por decisões políticas. Por políticas econômicas genocidas, como estas que patrocina o FMI, como a situação criada por governantes autoritários a por banqueiros internacionais que fazem a dívida externa da América Latina pagar-se com a fome e a miséria do povo, embora Tancredo tivesse dito que isso não era coisa que se fizesse... Nós do Nordeste sabemos que a tragédia da seca não é um fenômeno natural, mas que antes de tudo é social: a estrutura agrária, a situação miserável de nossos agricultores é causa, muito mais que consequência, da síndrome de calamidades que as secas do Nordeste acarretam.

Políticas econômicas genocidas foram mantidas através de longos períodos, porque um projeto muito preciso de manter intocados os privilégios e de deixar marginalizada grande parte de nossas populações é o que caracteriza no mundo os regimes políticos da América Latina. Do ponto de vista filosófico, isto é, do ponto de vista de sua racionalidade no reino dos fins, - ou seja, filosofi-

camente falando, -estes regimes estão condenados.

CONCLUSÃO:

O papel do filósofo na América Latina

É preciso pois que as vozes dos filósofos se unam àqueles que reinvidicam justiça e liberdade em nosso continente: que exigem que os Direitos humanos sejam respeitados e implementados nas políticas governamentais. Que haja transformações profundas e radicais em nossos regimes políticos: que a Democracia finalmente deixe de ser uma palavra, mas passe a ser a realidade básica de nossa vida política. Pondo sua inteligência e seu coração, suas análises críticas e o testemunho de sua vida, dedicada à verdade, à serviço da causa da libertação de nossos povos, o filósofo está sendo digno de sua melhor tradição, está revivendo no seu contexto o ideal de Platão que era promover a justiça na POLIS, está encarnando a idéia de Hegel que definia o sentido da História como uma marcha em direção da liberdade. Ser filósofo na América Latina hoje, é ser filósofo da libertação.